Operação de resgate ou o silêncio atrás das máscaras

Baile de Máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua.

KUSHNIR, Beatriz.

Rio de Janeiro: Imago, 1996, 258p.

Um tema cheio de riscos e ambigüidades. Um grupo marcado por estereótipos, um mundo envolto em fantasias. Ao escolher as "polacas" e seus cáftens[1], os imigrantes judeus envolvidos com o tráfico de escravas brancas - como se convencionou chamar a "importação" de jovens prostitutas da Europa para a América e, especificamente, para o Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX - para objeto da dissertação de mestrado em História que deu origem ao livro publicado pela Imago, Beatriz Kushnir sabia que iria enfrentar um desafio espinhoso. Se, ainda hoje, numa sociedade em que se alardeiam os avanços da liberalização da moral sexual, a prostituição é tida como uma atividade marginal e tratada como assunto tabu, que dirá nas primeiras décadas deste século e no contexto de uma comunidade imigrante empenhada em afirmar uma identidade positiva na sua nova pátria. Seja através de um discurso acusatório ou vitimizador, de ações policiais ou de cruzadas de resgate moral, os "legítimos representantes" das sociedades nacionais e das comunidades judaicas se aliavam num mesmo propósito: reprimir a prostituição e silenciar a sua fala.

Decidida a enfrentar o desafio de resgatar uma memória "apagada" pelo preconceito e pela repressão, entretanto, a pesquisadora não foi movida apenas pelo seu interesse em ampliar o conhecimento histórico sobre um tema desprezado, mas, sobretudo, por acreditar ser esta uma via indispensável para uma compreensão plena da condição judaica em suas diferentes manifestações, sem temer incorporar seus aspectos contraditórios e marginais. É, então, com foco no conceito da "construção da identidade em suas múltiplas possibilidades, neste caso, voltado para um grupo marginalizado específico" (p.129), que desenvolve a pesquisa cujos resultados nos são apresentados em *Baile de Máscaras*. Neste sentido, seu trabalho se inscreve diretamente no interior da proposta de uma história dos excluídos, desenvolvida por autores como Michelle Perrot e Michael Pollak, que, denunciando o caráter de dominação da chamada história oficial, faz, conforme afirma este último, "da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica, e reabilita a periferia e a marginalidade", acentuando "o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional"[2].

O título do livro, à primeira vista sem relação com o tema tratado, ganha sentido à luz desta perspectiva. Referido a uma imagem do filme de Juan Bautista Stagnaro, *El Camino del Sur*, sobre o tráfico de escravas brancas, ele evoca o momento em que, ao final de um baile de Carnaval na zona do baixo meretrício de Buenos Aires, dois personagens - um cáften e uma jovem prostituta -, que julgando-se desconhecidos haviam se aproximado e dançado juntos num jogo de sedução, retiram as máscaras e se descobrem irmãos. É um efeito análogo ao deste momento revelador do final do baile que Beatriz Kushnir pretende produzir através de sua pesquisa. Para tanto, vislumbra um caminho seguro: substituir o tabu e o estigma - as máscaras - presentes no discurso social dominante sobre o grupo, pelo discurso do próprio grupo sobre a sua trajetória - a sua verdadeira face.

Se apresenta uma saída, este caminho apresenta também uma dificuldade, que é comum às pesquisas sobre o passado de grupos

[1] Polacas era a denominação genérica dada a todas as prostitutas judias, qualquer que fosse a sua nacionalidade. Cáften, como eram chamados os rufiões, é um termo originado no sobretudo escuro e longo que caracterizava a indumentária dos homens judeus da Europa Oriental.

[2] POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, nº 3, p. 4.

marginalizados: a escassez de material. Seguindo as sugestões de autores como Carlo Ginzburg e Robert Darnton que propõem uma abordagem etnográfica da História, Beatriz Kushnir opta, então, por abrir mão de uma perspectiva totalizadora, perseguindo pistas inesperadas e valorizando os fragmentos encontrados na busca. É assim que acaba por centrar sua análise nos registros das associações criadas pelos imigrantes judeus, tanto homens quanto mulheres, que integravam a rede do mercado de prostituição estrangeira nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Buenos Aires e Nova Iorque e que dão conta de um período de entre quarenta e sessenta anos de sua história. Entre estes, os documentos da Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita do Rio de Janeiro, da Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita de São Paulo e da Sociedade Beneficente Religiosa Israelita de Santos, a que a pesquisadora pôde ter acesso direto, complementados por alguns depoimentos orais obtidos junto a pessoas que participaram diretamente destas instituições ou tiveram algum convívio com seus membros, são as fontes primárias em que se fundamenta a análise.

Ao contrário do que afirma a voz corrente, que classifica estas instituições na lógica do estigma, associando-a ao crime e à marginalidade - Jeff Lesser, por exemplo, se refere à sede da associação paulista como sede/bordel[3] - na interpretação de Beatriz, apoiada numa leitura exaustiva e atenta de Livros de Atas, Livros de Registros e Estatutos e nas declarações de seus entrevistados, todas eram "associações de ajuda mútua de cunho beneficente e funerário baseadas em preceitos da religião judaica" (p.35) e devem ser entendidas como expressões de uma estratégia coletiva de construção de uma identidade judaica positiva. Uma alternativa, portanto, para o espaço de marginalidade a que o grupo se achava confinado pela ação da sociedade nacional e, fundamentalmente, das próprias comunidades judaicas. A importância da atividade funerária é reveladora da extensão desta exclusão: proibidas, em vida, de freqüentar as instituições religiosas e de participar das várias esferas da vida comunitária organizada, as prostitutas, segundo os preceitos judaicos, só poderiam ser enterradas junto aos muros dos cemitérios, evidenciando, na morte e para a eternidade, o seu lugar à margem do social.

Sem desmerecer a seriedade da pesquisa, o interesse do material documental levantado, ou a pertinência da hipótese central da análise, *Baile de Máscaras* deixa no leitor, ao final, uma sensação de ausência e de não-dito. Quem são, afinal, as Zeldas, Sarahs, Angelinas, Fannys, Albertos, Celinas, Eugênias, Berthas, Amálias, Evas, Bailas, Rebeccas e todos os protagonistas da história que Beatriz Kushnir se propõe contar e a quem dedica seu livro? Através da descrição minuciosa dos documentos das associações a que pertenceram, estes personagens nos são apresentados nos papéis de presidentes, vice-presidentes, secretários, procuradores, tesoureiros, zeladores, enfim homens e mulheres que compram terrenos, constroem sedes, organizam sinagogas e tomam tantas outras decisões e medidas econômicas, políticas e burocráticas. Nem uma palavra sobre suas outras atividades, nem uma menção importante ao fato de serem cáftens e prostitutas. A não ser quando a autora faz referência ao discurso policial ou da sociedade excludente. Será esta, como pretende, a história da vida privada de mulheres públicas?

Talvez se situe aí, na avaliação que faz dos fragmentos que elege como pistas privilegiadas para o desvendamento da auto-representação do grupo estudado, a razão desta ausência. Inspirada no exemplo de Michelle Perrot que, ao estudar as mulheres do século XIX recorre aos registros presentes nas atas familiares - os *livres de raison* -, Beatriz Kushnir trata as atas das associações de cáftens e polacas como documentos da vida privada. Ora, embora não pertencessem ao mesmo espaço público onde se exerciam as atividades da prostituição, as associações tinham também um caráter público e oficial. Neste aspecto, inclusive, residia a sua eficácia enquanto estratégia de construção de uma identidade legítima que se contrapunha à da marginalidade. Mais que registros de uma história privada, portanto, poderiam ser melhor qualificados como registros de uma história privada da vida pública. Privada porque restrita ao grupo, e pública porque era também com a sociedade exterior que se estabelecia o diálogo. Enfim, uma história oficial do grupo sobre si mesmo. Assim, numa lógica de inversão, se a história oficial dominante oculta a "normalidade" e expõe a marginalidade, a história oficial do dominado, expõe a "normalidade" mas omite o que a outra desqualifica como marginal. Em ambas, o silêncio moralista. Em ambas, o não-dito. É este que se lê, na verdade, nas entrelinhas das linhas "duras e frias" dos registros burocráti-

[3] LESSER, Jeff. *O Brasil e a Questão Judaica* - imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

cos. É este que se depreende também das declarações do Sr. O., que durante mais de duas décadas foi contador da sociedade do Rio de Janeiro, e só muitos anos depois foi descobrir o teor do trabalho de seus sócios.

Ansiosa por desmontar o tabu e as imagens estereotipadas que pesam sobre os imigrantes judeus envolvidos com a prostituição, a autora acaba por transformar a empatia de que fala Pollak em cumplicidade com seu objeto. Só assim se compreende que um trabalho sobre o tráfico de escravas brancas não trate senão perifericamente de questões relativas à prostituição e que, ao longo do texto, solidariedade e religiosidade sejam as palavras-chave, mal dando espaço para a presença de termos como sexualidade, comércio e violência.

Buscando fugir ao tabu e ao estigma, numa verdadeira operação de resgate, o trabalho de Beatriz Kushnir assume um tom deliberadamente missionário. Já o título de sua apresentação previne o leitor de seu objetivo de "exorcizar demônios". Este, se for atento, retornará à epígrafe, retirada de um texto de Robert Darton e lá encontrará a frase que parece inspirar o espírito da pesquisa, esclarecendo a maneira como Beatriz encara a sua tarefa intelectual: "Os historiadores voltam desse mundo (o passado) como missionários que partiram para conquistar culturas estrangeiras e agora retornam convertidos, rendidos à alteridade dos outros".

Baile de Máscaras possui, sem dúvida, um mérito indiscutível. Ganha-se, com a sua leitura, uma visão nova e mais humana de um mundo condenado às sombras. Perde-se, no entanto, a possibilidade de perceber esta humanidade em sua manifestação mais complexa, isto é, mais ambígua. Polacas e cáftens, é o próprio livro de Beatriz quem nos mostra, eram capazes de conciliar coisas aparentemente tão contraditórias quanto religiosidade e comércio do corpo, encontrando um modo original de negociação entre o sagrado e o profano. É magistral, a este respeito, a transcrição de um trecho de uma entrevista com Becca, uma das polacas: "D. Becca, afinal de contas vocês só tinham clientela *goi*, e vocês faziam questão de serem judias de qualquer maneira". Aí ela se virou e disse uma frase genial: "Olha, o freguês podia ser *treif*, mas o dinheiro era *kosher*" (p.151)[4].

Ultrapassar o estigma sem silenciar sobre ele talvez exija um outro tipo de reconhecimento, que não exorciza e sim incorpora. Aquele que Julia Kristeva aponta quando, ao falar do estrangeiro - figura do Outro que nos ameaça e assusta porque nos confronta com nossos limites -, sugere que recoloquemos a questão e, ao invés darmos "acolhida do estrangeiro no interior de um sistema que o anula", permitamos a coabitação, em nós, "destes estrangeiros que todos reconhecemos ser"[5].

---

[4] *Gói* é a designação em língua ídiche para não-judeus; *treif* é uma palavra hebraica para sujo e *kosher*, também em hebraico, significa bom para o consumo, purificado segundo as leis sagradas.

[5] KRISTEVA, Julia. *Étrangers à Nous Mêmes*. Paris: Gallimard, 1988. Tradução da autora.

ILANA STROZENBERG ■